

Educação Popular e saúde: histórias de lutas e resistências no Complexo de Favelas do Manguinhos

Popular Education and health: stories of struggles and resistance in the Manguinhos Favela Complex

Educación popular y salud: historias de luchas y resistencias en el Complejo de Favelas de Manguinhos

Carlos Henrique Dantas Cardozo

Bacharel em Serviço Social; Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Mestrado em Educação, Ciências e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação do NUTES/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
E-mail: henrique.dantas2030@gmail.com; ORCID: 0000-0002-6175-2666

Gustavo de Oliveira Figueiredo

Doutorado em PSICOLOGIA DA COMUNICAÇÃO pelo Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, Espanha (2012). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
E-mail: gfigueiredo.ufrj@gmail.com; ORCID: 0000-0003-2724-8826

Contribuição dos autores:

CHDC contribuiu para o delineamento do estudo, a coleta e análise dos dados, escrita e revisão final do manuscrito. GOF atuou como supervisor da pesquisa, auxiliando em todas as etapas, inclusive na revisão final do manuscrito. Ambos se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Fontes de financiamento:
Trabalho realizado com apoio
CAPES - Brasil - Código de
Financiamento 001.

Recebido em: 05/12/2024

Aprovado em: 22/09/2026

Editora responsável: Fabiana
Mânica Martins

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a história da luta por direitos sociais em Manguinhos, Rio de Janeiro, e discutir como estratégias de educação popular em saúde contribuem para a conscientização e mobilização de lideranças populares para a transformação das condições de vida na Favela. Este estudo, de abordagem qualitativa, examina os discursos emergentes do território, explorando as interpretações humanas em suas realidades sociais. Utilizamos o método da história oral combinando observações do trabalho de campo com a realização de entrevistas (N=12) com doze lideranças populares. Os resultados revelam que a Favela não é meramente um espaço de marginalização, mas um território vivo, dinâmico e vibrante onde práticas pedagógicas, culturais e políticas são ativamente moldadas. Manguinhos exemplifica a resiliência de uma comunidade que resiste à exclusão e, por meio de alianças com movimentos e instituições sociais, luta por um futuro que reconheça sua dignidade e amplifique sua voz. A pesquisa destaca a necessidade de formar profissionais engajados que promovam a conscientização e a participação ativa, apoiada por esforços institucionais que fortaleçam abordagens intersetoriais e integrem diversas formas de conhecimento. Concluímos que as estratégias de educação popular dependem de comprometimento e alinhamento com práticas emancipatórias, e que a área da saúde tem grande relevância na organização de movimentos populares. Os discursos também revelam a necessidade urgente de políticas públicas efetivas que representem um compromisso mais forte do Estado com a defesa dos direitos sociais da população. Por fim, a Favela não é somente um espaço de exclusão e violência, mas um território repleto de histórias de luta, resistência e produção de conhecimento popular.

Palavras-chave: Educação Popular; Favela; Políticas Públicas; Direitos Sociais; Lideranças Populares.

Abstract: This article aims to analyze the history of the struggle for social rights in Manguinhos, Rio de Janeiro, and to discuss how popular health education strategies contribute to raising awareness and mobilizing grassroots leaders to transform living conditions within the Favela. Using a qualitative approach, this study examines discourses emerging from the territory, exploring human interpretations within their social realities. We employed an oral history method, combining fieldwork observations with interviews (N=12) involving twelve grassroots leaders. The results reveal that

the Favela is not merely a space of marginalization but a living, dynamic, and vibrant territory where pedagogical, cultural, and political practices are actively shaped. Manguinhos exemplifies the resilience of a community that resists exclusion and—through alliances with social movements and institutions—fights for a future that recognizes its dignity and amplifies its voice. The research highlights the need to train committed professionals who foster awareness and active participation, supported by institutional efforts that strengthen intersectoral approaches and integrate diverse forms of knowledge. We conclude that popular education strategies rely on commitment to and alignment with emancipatory practices, and that the health sector plays a significant role in organizing grassroots movements. The discourses also reveal an urgent need for effective public policies that demonstrate a stronger State commitment to upholding the population's social rights. Ultimately, the Favela is not just a space of exclusion and violence, but a territory rich in stories of struggle, resistance, and the production of grassroots knowledge.

Keywords: Popular Education; Favela; Public Policies; Social Rights; Popular Leaderships.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la historia de la lucha por los derechos sociales en Manguinhos, Río de Janeiro, y discutir cómo las estrategias de educación popular en salud contribuyen a la toma de conciencia y a la movilización de líderes populares para transformar las condiciones de vida en la favela. Este estudio, de enfoque cualitativo, examina los discursos que surgen del territorio, explorando las interpretaciones humanas en sus realidades sociales. Se utilizó el método de historia oral, combinando observaciones de trabajo de campo con entrevistas (N=12) a doce líderes populares. Los resultados revelan que la favela no es meramente un espacio de marginación, sino un territorio vivo, dinámico y vibrante donde se moldean activamente prácticas pedagógicas, culturales y políticas. Manguinhos ejemplifica la resiliencia de una comunidad que resiste a la exclusión y que, mediante alianzas con movimientos e instituciones sociales, lucha por un futuro que reconozca su dignidad y amplifique su voz. La investigación destaca la necesidad de formar profesionales comprometidos que promuevan la toma de conciencia y la participación activa, respaldados por esfuerzos institucionales que

fortalezcan enfoques intersectoriales e integren diversas formas de conocimiento. Concluimos que las estrategias de educación popular dependen del compromiso y la alineación con prácticas emancipadoras, y que el ámbito de la salud tiene una gran relevancia en la organización de movimientos populares. Los discursos también revelan la necesidad urgente de políticas públicas efectivas que representen un compromiso más firme del Estado con la defensa de los derechos sociales de la población. Por último, la favela no es solo un espacio de exclusión y violencia, sino un territorio repleto de historias de lucha, resistencia y producción de conocimiento popular.

Palabras clave: Educación Popular; Favela; Políticas Públicas; Derechos Sociales; Liderazgos Populares.

INTRODUÇÃO

A Educação Popular emergiu na década de 1960 no contexto das lutas sociais na América Latina, como um esforço contínuo contra a opressão e a exploração. No Brasil, tornou-se uma importante ferramenta de resistência, articulando movimentos sociais e influenciando a formulação de políticas públicas, como a Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Historicamente, a Educação Popular é comprometida com a transformação social, priorizando a formação de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre suas realidades e atuar na construção coletiva de um futuro mais justo. Nesse contexto, o conceito de práxis se torna fundamental, pois articula reflexão e ação para enfrentar privilégios, eliminar desigualdades e fortalecer a luta por direitos.¹

Na luta por acesso às Políticas Públicas, as Favelas enfrentam desafios severos, como violência estatal, precariedade habitacional e falta de acesso a direitos básicos, refletindo o racismo estrutural e as contradições sociais do Brasil. A Favela constitui-se, assim, num lugar onde o Estado faz-se presente, principalmente, pela via da força policial, geralmente reprimindo o tráfico de entorpecentes, numa guerra às drogas que atinge a população inocente que fica em meio ao fogo cruzado e é frequentemente vitimada por “balas perdidas”. Isso para não falar da coerção, dos abusos de poder e dos assassinatos de trabalhadoras(es) e jovens, principalmente pardos e negros, evidenciando assim o racismo estrutural do Estado brasileiro. No entanto, as

Favelas também são territórios com histórias de lutas e resistência, onde a Educação Popular encontra um campo fértil para articulações intersetoriais e práticas emancipatórias.²

Essa abordagem torna-se relevante especialmente em um contexto em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) substituiu, em 2024, a denominação “Aglomerados Subnormais” por “Favelas e Comunidades Urbanas”. A mudança reflete uma tentativa de adequação ao direito à moradia, prevista no Art. 6º da Constituição Federal de 1988. Ao considerar a Favela como território de resistência, podemos identificar fluxos de organização popular, como mobilizações por moradia, saúde e educação. Esses movimentos são fundamentais para integrar a população em um contexto político mais amplo e fomentar uma consciência coletiva que viabilize a implementação de políticas públicas. Os fluxos de resistência na Favela são dinâmicos e essenciais para a construção de uma realidade mais justa. Entender a Favela como “território vivo” é um passo importante para superar preconceitos e compreender suas especificidades.³

Refletir sobre essa articulação é valorizar as dimensões socioculturais das interações entre educação, saúde e cultura, promovendo debates que informam políticas públicas e práticas profissionais comprometidas com a justiça social. Neste cenário, reconhecer a perspectiva ampliada de saúde é essencial para compreender o adoecimento coletivo como resultado de condições de vida desiguais. Por meio de outras experiências conseguimos identificar estratégias de Educação Popular para mobilizar comunidades, integrar saberes e promover ações nas Favelas. É nesse espaço de luta e organização que a Educação Popular pode cumprir seu papel como prática social transformadora, conectando formação docente e profissional à construção de direitos e cidadania.

Foi trabalhando em campo, principalmente a partir de 2017, no projeto de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro - “Educação, Saúde e Cultura em territórios da Periferia Urbana” - que nos aproximamos da Favela de Manguinhos, e participamos de forma mais intensa das ações de Educação Popular no território. Partíamos do pressuposto de que as ações coletivas produzidas fortalecem a autonomia dos sujeitos numa perspectiva

da contra hegemonia política, o que possibilita uma práxis concreta e contribui para a melhora da qualidade de vida de moradoras(es) de Favelas.

A pesquisa buscou respostas para essas questões que envolvem a Educação Popular na Favela como possibilidade de esperar e lutar por uma outra realidade. O nosso objetivo foi analisar a história da luta por direitos sociais na Favela de Manguinhos a partir das vozes de lideranças comunitárias e educadoras(es) populares.

Alguns aportes de Paulo Freire e Milton Santos para a Educação Popular em Territórios de Favela

Nosso referencial teórico Freireano indica que todas as pessoas têm o direito de saber mais sobre o que já sabem, indo além dos saberes construídos a partir de suas experiências práticas cotidianas.⁴ Assim, podemos compreender os seres humanos enquanto históricos, relacionais, inacabados e conscientes de seu inacabamento. Isso alicerça a possibilidade de uma educação que vise a libertação das relações de opressão e desumanização.

Freire destaca os conceitos de humanização e desumanização, apontando que os seres humanos habitam um ciclo permanente de humanização e desumanização. Nesse contexto, a vocação humana pela humanização é negada pela opressão, mas reafirmada nas lutas por justiça e liberdade. Segundo ele, a desumanização atinge tanto os oprimidos quanto os opressores, reforçando a necessidade de um processo educativo libertador que transforme as condições materiais e sociais de existência.⁵

Paulo Freire nos ajuda a refletir sobre esses aspectos e a contextualizar a politicidade da educação e seus processos de transformação social. Em Pedagogia do Oprimido, ele explora a contradição entre opressores e oprimidos, discutindo os mecanismos que perpetuam desigualdades e reconfiguram o sistema capitalista em diferentes momentos históricos. O argumento de Freire de que assumir uma postura radical comprometida com os seres humanos e com a transformação social é essencial para desvelar a realidade e dialogar sem temor com o povo.⁵

A prática educativa, para Freire, não é neutra ou apolítica, pelo contrário, é sempre uma contribuição de interesse ideológico.⁶ Essa politização é um dos

pilares da Educação Popular, que busca construir uma práxis transformadora, isto é, uma reflexão e ação articulada que possibilita a superação das condições de opressão. Freire propõe uma “ação cultural para a liberdade” que deve ser construída com os oprimidos, e não para eles.⁵ Essa ação difere de práticas opressoras que buscam mudar a mente dos oprimidos sem alterar suas condições materiais. A Educação Popular valoriza o diálogo e os saberes populares, propondo soluções coletivas que atendam às demandas reais da sociedade. Em territórios como Manguinhos, essa práxis encontra campo fértil nos movimentos sociais que articulam educação, luta por direitos e transformação das estruturas opressoras.

Aprofundando um pouco mais a discussão para melhor compreender a dinâmica complexa da Favela, Milton Santos nos apresenta o conceito de *território vivo* e sua composição por *fixos* e *fluxos*.⁷ De acordo com o autor, os *fixos* estão na interseção entre forma e função, enquanto os *fluxos* se situam na interseção entre forma e processos. Ou seja, forma e função originam *fixos*, enquanto a função, em seu processo, desencadeia *fluxos*. Para melhor exemplificar o conceito na perspectiva desta pesquisa, compreendemos os *fixos* como sendo os becos estreitos da Favela de Manguinhos, as casas, em sua maioria precárias e sem circulação de ar, os prédios de instituições públicas e empresas, o rio que mais parece um valão e atravessa toda a Favela, carregando o perigo de doenças e acidentes, ou seja, para além da geografia física, também se inclui entre os *fixos* uma “infraestrutura” urbana, o ponto que pode ser localizado no mapa e onde se desdobram as complexidades do cotidiano.⁸

Já o conceito de *fluxos* está associado ao movimento entre os *fixos*, que pode ocorrer materialmente com a circulação de mercadorias, e de forma imaterial com a circulação de ideias, pedidos e mensagens não materializadas.⁹ Como exemplos de *fluxos* em Manguinhos, podemos citar as reuniões dos Movimentos Sociais, que acontecem em prédios públicos de serviços de saúde, educação e outras áreas; as correspondências e encomendas que chegam às associações para coleta de moradoras(es); o fluxo de carros na Estrada Leopoldo Bulhões, que a cada enchente ou confronto bélico é interditada; além de outros *fluxos*, como o dinheiro que alimenta o comércio ilegal de entorpecentes e a corrupção policial. Os *fluxos* de resistência e organização popular dentro da Favela não são inexoráveis,

são dinâmicos e retratam as lutas diárias das(os) moradoras(es) por dignidade e direitos.

Os Movimentos sociais, com as mobilizações por moradia, saúde e educação, circulam por esses espaços, integrando a população a um contexto político mais amplo. Esses *fluxos* são essenciais para a construção de uma consciência coletiva e para a luta por direitos sociais e políticas públicas que atendam às necessidades reais da Favela. Os *fixos* e *fluxos* não são complementares, mas estabelecem uma relação dialética. Os *fixos* possuem uma forma que pode ser alterada de acordo com a função do objeto, e, assim, (re)direcionar alguns *fluxos*. Isso indica que os *fixos* se adaptam para adequar os *fluxos*, mas também as alterações nos *fixos* produzem novos *fluxos*.³ A partir dessa perspectiva dinâmica, buscamos compreender o *território* da Favela como uma arena social em disputa onde as práticas de Educação Popular podem contribuir para a mobilização dos fluxos de resistência e luta popular.

O que estamos chamando de Educação Popular

Para melhor qualificar o que estamos evocando como sendo Educação Popular, durante o processo de pesquisa, construímos uma revisão de literatura utilizando os bancos de dados das plataformas CAPES e SciELO, recorrendo aos descritores "Educação Popular" e "Saúde". A escolha dessas bases fundamenta-se em sua relevância nacional e na possibilidade de acesso a uma ampla gama de estudos revisados por pares e atualizados. Os critérios de inclusão adotados englobam artigos escritos em português e publicados em revistas nacionais, que abordam concepções de Educação Popular com foco na área da saúde. Utilizamos um recorte temporal de 2002 a 2022, abrangendo artigos, relatos de experiência, revisões de literatura e outros textos que relacionam Educação Popular com saúde e/ou políticas públicas. Por outro lado, os critérios de exclusão excluem trabalhos que não apresentem a Educação Popular como tema principal, textos escritos em outros idiomas, além de dissertações, teses, livros.

O levantamento dos artigos foi realizado no segundo semestre de 2022, resultando em 436 textos. Após a organização inicial, foram identificados 18 títulos duplicados, que, uma vez excluídos, restaram 427 artigos para seleção do escopo da revisão, sendo 195 localizados na Plataforma CAPES e 232 na

SciELO. Após essa primeira seleção, foi necessário realizar um filtro adicional. Utilizando os critérios estabelecidos, os artigos foram analisados a partir dos títulos, e chegamos a um total de 50 textos selecionados. Após a seleção dos artigos com base nos títulos, iniciamos a leitura dos 50 resumos, realizando um novo filtro. Com essa análise, selecionamos 20 artigos para leitura completa. Durante esta leitura, três artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos, pois abordavam o tema de forma periférica, sem dar centralidade à Educação Popular como objeto principal da discussão. O Corpus final de análise da revisão de literatura foi composto por 17 documentos que após a leitura completa e análise do conteúdo foram organizados em 4 categorias temáticas conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. Revisão de Literatura

CATEGORIA TEMÁTICA	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA
EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE	Pedrosa JIS. A educação popular e a formação dos trabalhadores de nível médio da saúde. <i>Trab Educ Saude</i> . 2007;5(1):125-38. doi:10.1590/S1981-77462007000100006.
	Santorum JA, Cestari ME. A educação popular na práxis da formação para o SUS. <i>Trab Educ Saude</i> . 2011;9(2):223-40. doi:10.1590/S1981-77462011000200004.
	Amaral MCS, Pontes AGV, Silva JV. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. <i>Interface (Botucatu)</i> . 2014;18(Supl 2):1547-58. doi:10.1590/1807-57622013.0441.
	Vasconcelos EM, Cruz PJSC, Prado EV. A contribuição da Educação Popular para a formação profissional em saúde. <i>Interface (Botucatu)</i> . 2016;20(59):835-8. doi:10.1590/1807-57622016.0767.
	Cruz PJSC, Silva MRF, Pulga VL. Educação Popular e Saúde nos processos formativos: desafios e perspectivas. <i>Interface (Botucatu)</i> . 2020;24:e200152. doi:10.1590/interface.200152.
	Dantas MA, Silva MRF, Castro Júnior AR, Oliveira LC. Uma semente abrindo a terra para germinar: o processo formativo com educadores/as populares do EdPopSUS. <i>Saude Debate</i> . 2020;44(125):322-34. doi:10.1590/0103-1104202012503.
	Botelho BO, Cruz PJSC, Bornstein VJ, David HMSL, Lima LO. Experiências de formação no contexto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde. <i>Interface (Botucatu)</i> . 2021;25:e200195. doi:10.1590/interface.200195.

EDUCAÇÃO POPULAR NAS PRÁTICAS DE SAÚDE	Nespolo GF, Duarte ÉRM, Rocha CMF, Ferla AA, Ferreira GE, Oliveira GC, Lima BSS. Pontos de Cultura: contribuições para a Educação Popular em Saúde na perspectiva de seus coordenadores. Interface (Botucatu). 2014;18(Supl 2):1187-98. doi:10.1590/1807-57622013.0367.
	Carreiro BO, Cruz PJSC. Reflexões sobre possibilidades e desafios da educação popular como referencial para o trabalho de residentes em Medicina de Família e Comunidade. Rev Educ Pop. 2019;18(2):209-28. doi:10.14393/rep-v18n22019-47275.
	Costa LTC, Santos JWB. Serviço social, educação popular e saúde: elementos de debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. Rev Educ Pop. 2020;19(esp):67-82. doi:10.14393/REP-2020-53271.
POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR	Bonetti OP, Odeh MM, Carneiro FF. Problematicando a institucionalização da educação popular em saúde no SUS. Interface (Botucatu). 2014;18(Supl 2):1413-26. doi:10.1590/1807-57622013.0504.
	Schönardie PA. A educação popular em tessitura com as políticas públicas: ponderando estranhamentos e possibilidades. Rev Educ Pop. 2018;17(1):28-44. doi:10.14393/REP-v17n12018-art02.
	Pedrosa JIS. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. Interface (Botucatu). 2021;25:e200190. doi:10.1590/Interface.200190.
RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS	Streck DR. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. Rev Bras Educ. 2010;15(44):300-10. doi:10.1590/S1413-24782010000200007.
	Stotz EN. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. Trab Educ Saude. 2005;3(1):9-30. doi:10.1590/S1981-77462005000100002.
	Paludo C. Educação popular como resistência e emancipação humana. Cad CEDES. 2015;35(96):219-38. doi:10.1590/CC0101-32622015723770.
	Gerhardt MC, Frantz W. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. Rev Educ Pop. 2019;18(1):92-104. doi:10.14393/rep-v18n12019-46367.

Fonte: Elaboração própria dos autores, 2024.

A primeira categoria foi denominada *Educação Popular na Formação Profissional em Saúde*, que abordou as relações entre a Educação Popular e o processo de formação de profissionais na área da saúde. Essa categoria reúne artigos que discutem diretamente os desafios da Educação Popular e

Saúde no contexto brasileiro, além de reflexões sobre a integração de outras abordagens pedagógicas na formação desses(es) profissionais. Também foram incluídos na revisão artigos que problematizam os princípios éticos e políticos da Educação Popular, destacando como esses valores influenciam e moldam os processos formativos na área da saúde.¹⁰⁻¹⁶

A segunda categoria foi denominada *Educação Popular nas Práticas de Saúde*, e concentrava-se no cotidiano de trabalho e nas práticas de Educação Popular aplicadas à saúde, cultura e assistência. Os textos desta categoria exploram as perspectivas de trabalhadoras(es) sobre os desafios enfrentados para implementar a Educação Popular em suas rotinas profissionais. Além disso, alguns estudos discutem a relação entre a Educação Popular e a Política Nacional de Saúde, abordando tanto o fomento a projetos quanto o exercício profissional em espaços institucionalizados, destacando as dificuldades e potencialidades dessa abordagem na prática cotidiana.¹⁷⁻¹⁹

A terceira categoria, *Políticas Públicas e Institucionalização da Educação Popular*, reúne artigos que discutem as tensões e potencialidades da Educação Popular no âmbito das políticas públicas. Os textos analisam a presença da Educação Popular na Política Nacional de Educação e Saúde e apresentam o Marco de Referência como uma proposta de identidade para o Movimento de Educação Popular. Esta categoria inclui ainda problematizações sobre a institucionalização da Educação Popular em Saúde no SUS, refletindo sobre os impactos e desafios dessa incorporação nas diretrizes e práticas do Ministério da Saúde.²⁰⁻²²

Por fim, a quarta e última categoria, *Relações entre Educação Popular e Movimentos Sociais*, aborda a concepção da Educação Popular no Brasil e na América Latina, destacando sua conexão com os movimentos sociais na área da saúde. Essa categoria enfatiza o papel central dos movimentos sociais como avanços no desenvolvimento e fortalecimento da Educação Popular.²³⁻

26

Após identificar e analisar estas categorias foi possível qualificar e fundamentar o que estamos reconhecendo como Educação Popular, buscando compreender sua gênese junto aos Movimentos Sociais, bem

como, as estratégias e práticas profissionais na área da saúde e as suas transformações a partir das relações políticas e institucionais em nosso país.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada na abordagem de Investigação-Ação-Participação (IAP), que promove o desenvolvimento de uma "ciência popular". Trata-se de uma ciência que privilegia o trabalho colaborativo com a metodologia dos sujeitos do território, valorizando suas práticas e saberes, com comprometimento ético e político.^{27,28}

A história oral foi o método empregado, abrangendo cinco etapas: elaboração do projeto, gravação das entrevistas, confecção do documento escrito, análise e devolução do produto. A escolha desta metodologia possibilitou recuperar memórias individuais e coletivas, conferindo um caráter democrático às narrativas e permitindo a todas(os) participantes serem reconhecidas(os) como "personagens históricos".²⁹

A coleta de dados foi realizada no Complexo de Favelas de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, com base em interações diretas com moradoras(es) e no cotidiano do território. Nessa etapa exploratória anterior às entrevistas, identificamos diversas ações desenvolvidas no território e começamos a refletir sobre algumas questões: Como a Educação Popular na Favela contribui para a histórica luta por Saúde e Direitos Sociais desse território vulnerabilizado? A Educação Popular contribui para a articulação entre Saúde, Cultura e Assistência Social com Movimentos Populares? A população de Manguinhos participa das ações de Educação Popular propostas no território? Em que medida as práticas de Educação Popular contribuem para a transformação social no território? Qual a percepção dos educadores populares sobre a história de lutas por Saúde e Direitos Sociais?

As entrevistas seguiram um formato semiestruturado, combinando perguntas abertas e fechadas para favorecer o diálogo. Um roteiro com quatro dimensões principais foi elaborado: (1) teoria e prática na Educação Popular; (2) território e movimentos sociais; (3) institucionalização; e (4) formação política e pedagógica. No total foram entrevistadas 12 pessoas, todas elas lideranças comunitárias identificadas como educadores populares

pelo território. As entrevistas mais longas duraram até 2 horas, enquanto as mais curtas tiveram 50 minutos. Os locais de realização das entrevistas variaram conforme as necessidades dos participantes, com destaque para o jardim da Biblioteca Parque Marielle Franco, em Manguinhos, onde foram realizadas a maior parte das entrevistas. Todo material foi gravado em áudio e posteriormente transcrito e revisado.

Os nomes dos sujeitos foram alterados para garantir o seu anonimato e todos os procedimentos de pesquisa seguiram os protocolos éticos para pesquisas com seres humanos e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 16 de agosto de 2023 (Parecer nº 6.243.173 - Protocolo CAAE 68979923.7.0000.5286).

Ao integrar as vozes de moradoras(es) e os marcos teóricos de autores como Paulo Freire e Milton Santos, que destacam a importância do território como um espaço de produção social e resistência, este estudo pretende oferecer uma visão abrangente sobre os desafios e conquistas no Complexo de Manguinhos. Mais do que uma narrativa de carências, a história da Favela mostra um processo de resistência ativa, onde o território e seus habitantes transformam a si mesmos e a cidade a partir de suas próprias vivências e estratégias. Assim, esta pesquisa contribui para a valorização da Favela como um espaço legítimo de cidadania, cuja identidade é moldada por meio da luta e da organização comunitária.

A Educação Popular emerge como um tema central, especialmente no sentido de fortalecer a autonomia e o senso crítico das(os) moradoras(es). As entrevistas destacam a educação não como mera transmissão de conhecimento, mas como uma ferramenta para "despertar a consciência" das(os) participantes, inspirada nas ideias de Paulo Freire. Uma das entrevistadas relata a importância da literatura e da escrita como formas de expressão e educação em Manguinhos que, apesar de inicialmente não serem valorizadas, foram progressivamente aceitas e até celebradas na comunidade. Ela comenta que o reconhecimento e o apoio local são essenciais para incentivar a continuidade do trabalho e para que novas gerações possam se apropriar desse conhecimento.

“(...) Então, agora está muito diferente da época que eu comecei a escrever. Está bem mais, o pessoal está bem mais interessado. E com esse negócio de eu ir para as escolas, porque uma vez a menina falou, você tem que fazer, tem que ir para as escolas, levar conhecimento, e eu comecei a me convidar, comecei a ir. Aí que melhorou mais ainda, porque estou sempre no Facebook, no WhatsApp, e aí todo mundo me conhece, todo mundo gosta, todo mundo está mais valorizado e mais reconhecimento, né?” (Sra Lua)

Outro entrevistado reforça que a educação deve partir das realidades concretas da comunidade. Ele observa que a Educação Popular valoriza o "território, a casa e a família", que são pontos de partida para o processo de conscientização e mobilização dos moradores. Esse princípio está alinhado à ideia de que a educação deve ser feita "com e para o povo", respeitando a experiência e o saber prévio de cada pessoa.

“(...) Eu acho que a gente deve trazer para esse conceito educação popular é a pessoa. Você não educa uma criança se você não consegue educar os pais dessa criança. Você não consegue trabalhar a criança se você não trabalha a família. Porque naquelas horas que elas estão, ou elas estão no curso, ou elas estão na sala de aula, é tudo maravilhoso, mas quando elas chegam em casa, qual é o apoio educacional que elas têm? Qual é a educação intelectual que elas têm? Porque a educação familiar é para a gente dentro de casa. A educação intelectual dentro da sala de aula. Mas quando elas voltam para casa, qual o apoio que elas têm intelectual para dar seguimento que elas têm dentro da sala de aula? Então acho que a gente tem que rever isso” (João).

O território de Manguinhos não é apenas um espaço físico, mas um lugar carregado de história e resistência. As memórias das remoções forçadas e das lutas pela moradia revelam a persistência dos moradores em defender seu direito de permanecer e transformar a Favela em um local digno de viver. Uma das entrevistadas fala sobre o deslocamento de sua família e a resistência coletiva ao serem removidos de outras áreas até se estabelecerem em Manguinhos. Ela destaca como a comunidade se organizou para resistir e buscar alternativas, mostrando a importância da coletividade para garantir a permanência no território.

“Tanto que quando a gente veio do Caju, que a gente teve que sair do Caju pra vir pra cá. E eles que reuniram aquela comissão, que tinha uma comissão, andaram em diversos lugares, procurando um lugar pra fazer, pra gente sair. Porque antigamente era assim, né? Tem até uma poesia que eu falo nisso, que antigamente era assim. A gente procurava um lugar e a prefeitura mudava a cidade. Aí queria botar a gente em um lugar longe pra caramba. Aí a comissão de uns dez homens,

todos chefes de família, reuniram, andaram e fizeram aqui em Manguinhos.” (Sra. Lua)



Além disso, o trabalho realizado por lideranças comunitárias é visto como essencial para resgatar e fortalecer a memória local. Essas lideranças podem ser descritas como "guardiões da história", responsáveis por preservar e transmitir as narrativas que moldam a identidade da comunidade. Assim, o território é compreendido como um espaço de luta, onde as lideranças buscam não apenas defender, mas também construir uma realidade melhor para os moradores de Manguinhos.

“(…) Eu acho que eu fui mais um dentro desse universo de pessoas que queriam fazer. Líder não. A gente vai conquistando, vai se impondo. A gente vai aprendendo a se impor dentro do sistema de reivindicações e militância. A gente vai de uma maneira ou de outra observando que o poder público em todos os sentidos. O poder público, ele na verdade, ele faz tipo Maquiavel. De uma maneira ou de outra ele domina para conquistar. Ele destrói para conquistar. Então a gente vai se impondo. A gente vai fazendo. A gente vai mostrando que, olha, espera aí. Se aqueles ali não estão cientes, eu estou. Se aqueles ali não estão bastante cientes, eu estou. E aí as pessoas vão identificando a gente pela nossa postura, pela nossa fala. É um diferencial” (João).

As entrevistas abordam a complexa relação entre a comunidade de Manguinhos e instituições externas, especialmente a Fiocruz. Embora a instituição seja vista como um apoio importante, muitos entrevistados expressam o desejo de que esse apoio respeite a autonomia local e evite práticas paternalistas. Uma das entrevistadas menciona que as ações de instituições devem estar alinhadas com os interesses da comunidade, de forma a evitar que decisões sejam tomadas de forma centralizada, sem consulta aos moradores.

“(…) O desafio da educação popular durante essa institucionalização? O desafio é conseguir a coerência com a metodologia. Porque se mantiver essa coerência de construir a coisa junto com a população não ser uma coisa de fazer e entregar pronto, aí consegue manter. Porque essa população vai apontando as questões que precisam ser mudadas. E só não funciona na institucionalização nesse processo de institucionalização perder essa premissa. Se perder essa premissa aí não dá certo, cristaliza” (Márcia).

As(os) representantes também apontam que, para que haja uma transformação verdadeira, é necessário um envolvimento contínuo da comunidade na definição das políticas e projetos, garantindo que as ações

externas não sejam impostas, mas construídas em conjunto. Um dos entrevistados comenta que a presença das instituições deve fortalecer, e não substituir, os movimentos locais. Ele vê o papel dessas organizações como um complemento à luta social que já existe no território, mas destaca que, para isso, é essencial manter uma "relação de igual para igual" e criar espaços de diálogo.

“(...) Se o problema não for pensado desde o início, o problema, ou uma coisa boa também, não for compartilhado desde o início, quando for ter uma ação que precisa desse braço coletivo, eu não fui informado, não sei, não entendo, não me sinto pertencente, tenho medo, então são várias barreiras que se impõem, dentro desse contexto de participar. (...) se você for mobilizar para o Caminhada da Paz agora talvez tenha uma dificuldade, uma resistência, porque o cara não sabe qual é a intenção, é político, não vai se entender que isso aqui é uma luta do morador, vai achar que é um comício, é alguém querendo se promover, porque aquele entendimento daquela comunicação coletiva, que o propósito é outro, não foi feito, rompeu, então assim, ela existe, ela funciona, só que ela precisa ser alimentada, ela precisa ser alimentada constantemente, se ela se rompe por um determinado período extenso, acaba que ela precisa ser refeita de novo” (Douglas)

Os movimentos sociais em Manguinhos são como o "coração da resistência" da comunidade, são referências para organização da participação. Diversos entrevistados relatam que a força dos movimentos é fundamental para articular demandas e enfrentar as adversidades, desde a violência até a ausência de políticas públicas. Ao mesmo tempo, há uma preocupação com os desafios internos, como a burocratização e a dificuldade em manter o engajamento das novas gerações.

Uma das representantes destaca sobre o esvaziamento do ativismo, observando que muitos jovens enfrentam dificuldades de acesso e de interesse, o que pode enfraquecer a continuidade dos movimentos. Ele destaca a importância de renovar os quadros e manter o espírito coletivo que caracterizou a luta em décadas anteriores. Além disso, os movimentos sociais de Manguinhos são vistos como fundamentais para transformar o território e buscar melhorias nas condições de vida, mas, para isso, precisam de maior articulação e apoio mútuo entre os diversos grupos e iniciativas.

“(...) E o que eu percebo assim, frequentando os espaços de movimentos sociais, aí eu falo de Manguinhos, é que os militantes são militantes com uma idade dos 30, 40 anos. É uma outra geração. E aí eu sinto falta um pouco dessa geração da juventude dos universitários, então

não sei em que medida a universidade está participando. São as mesmas caras, pessoas mais idosas, já mais maduras, então sinto falta disso. Então acho que uma coisa que a gente precisa repensar é em que medida os espaços por onde essa juventude passa provoca e demanda para que esses conhecimentos que elas tenham não seja só uma questão de ascensão social ou resolver a sua vida econômica individualmente, que é importante, mas que essas pessoas também possam estar devolvendo esses conhecimentos através de teoria e de prática para esses espaços. Aderir ao coletivo, né? Porque é porque eu vejo um pouco de esvaziamento, porque era muito comum os universitários estarem nesses espaços. Hoje em dia, para você convencer um colega seu que está na universidade, poxa vamos lá atuar! está cada vez mais difícil” (Carmem)



As entrevistas evidenciam a importância da resistência comunitária e da Educação Popular como ferramentas essenciais na luta contra a opressão e na transformação das condições sociais da Favela. Através das memórias e das vozes das(os) moradoras(es), entendemos como a luta histórica contra as remoções, a violência institucional e a carência de políticas públicas ressignificam o território, gerando uma consciência coletiva que reivindica cidadania e dignidade.

As reflexões de Milton Santos sobre o espaço e a urbanização crítica também ajudam a compreender a complexidade de Manguinhos. Para Santos, o território é um “sistema de objetos e de ações” que se transforma através das interações e resistências locais. Em Manguinhos, o “território usado” transcende a infraestrutura física e se torna um espaço de disputa política e social. Como Santos ressalta, é onde “os cidadãos podem buscar sua emancipação através do seu próprio lugar,” e, assim, a Favela se converte em um espaço de produção cultural e social, onde os moradores resistem e criam alternativas à exclusão.³

Para fortalecer essa transformação social e expandir suas possibilidades, é necessário que os movimentos sociais em Manguinhos sejam constantemente renovados, especialmente com a participação das gerações mais jovens. Esse engajamento é essencial para que uma Educação Popular crítica e dialógica, como defende Freire, continue a fomentar a “capacidade de ser mais”, um compromisso de não apenas sobreviver, mas transformar a própria realidade.³⁰

A história viva de Manguinhos demonstra que a Favela não é um espaço marginal, mas um território dinâmico e pulsante, onde se forjam práticas pedagógicas, culturais e políticas. Manguinhos exemplifica a resistência de um espaço que se recusa a ser definido pela exclusão e que, através da aliança entre a comunidade, movimentos sociais e instituições, reivindica seu direito a um futuro que respeite sua dignidade e sua voz. Como Milton Santos afirma, “a história do espaço é a história dos humanos, com suas lutas, suas esperanças e suas desesperanças”, e é essa luta que confere à Favela sua identidade, seu valor e sua força na construção de uma sociedade mais justa e democrática.^{8,9}

Todavia, não se trata de uma luta isolada com interesses distintos entre os Movimentos Sociais, as instituições e a população, mas é necessário um trabalho conjunto onde a educação popular seja uma ferramenta para superação desta visão descolada da realidade. É preciso, entretanto, que seja uma concepção educacional crítica, dialógica e com objetivo de aumentar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, os Movimentos Sociais e a Favela são arenas para a prática pedagógica atrelada à Educação Popular interligando Educação, Saúde, Cultura e diversos outros setores sociais.

Uma análise das estratégias de educação popular em saúde revela sua importância na construção de uma formação crítica, na conscientização e na mobilização da população para transformar as condições de vida em Manguinhos. Por meio da mobilização popular, fortalece-se a pedagogia do oprimido, que promove o reconhecimento das(os) moradoras(es) como protagonistas de suas histórias e agentes de transformação social. Esse protagonismo transcende o ativismo, pois está ligado à formação de sujeitos pensantes e comprometidos com mudanças sociais importantes. Ser crítico, nesse contexto, implica um compromisso profundo com a transformação social.

Sob a abordagem do conceito ampliado de saúde, a educação popular em saúde se destaca como referencial teórico-metodológico para transformar tanto a prática profissional quanto a formação em educação e saúde. Essas áreas, muitas vezes marcadas por abordagens tecnicistas e superficiais, enfrentam desafios epistemológicos, culturais, políticos e organizacionais¹⁰. A PNEPS, nesse contexto, surge como uma estratégia essencial para

sustentar as iniciativas de educação popular, uma vez que está vinculada à renovação do Estado e à explicitação das contradições sociais, inserindo-se na totalidade do social.²⁰



Uma das entrevistas indica a forma como as instituições podem se organizar a partir da PNEPS:

“Então, o campo da promoção da saúde permite essa participação nossa institucional para contribuir com os movimentos, com as organizações. Porque é fundamental que as organizações, que a sociedade civil organizada participe da discussão das políticas públicas, né? Proponha, controle, vai para fora. Principalmente política pública que poderíamos criar uma categoria de política pública” (Sr. Jorge).

Essa perspectiva exige princípios éticos e políticos que priorizem a defesa da classe trabalhadora e a saúde como um direito fundamental. Durante as entrevistas, o comprometimento foi destacado como uma estratégia necessária para o sucesso das ações de educação popular em saúde. Trata-se de uma radicalidade necessária em defesa de uma educação libertadora e emancipatória, que exige enfrentar desafios e assumir um engajamento transformador.⁵

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi a busca por metodologias que estimulem a participação ativa e o engajamento da comunidade. No entanto, é importante destacar que metodologias, por si só, não promovem transformação quando desvinculadas da dimensão política e aplicadas a uma visão puramente utilitarista¹². Para que tenham impacto, essas metodologias precisam ser planejadas de forma a superar o utilitarismo e colaborar para uma formação crítica que forneça ferramentas para refletir e agir sobre a realidade.

“Às vezes a pessoa tem boa vontade. Mas está fazendo uma coisa que é incoerente. Às vezes quando as pessoas pedem ajuda, querem se aproximar da escola, eles pedem ajuda. Só que a ajuda que as pessoas querem para levar uma coisa pronta. Então, não para construir um conjunto. Sempre com o prazo muito curto. O prazo curto não combina com a construção coletiva. Então o que eu digo sempre é assim... Eu tive que... A semana passada eu tive que falar isso e dizer assim, olha, eu posso ajudar. Só que a questão é a seguinte. A metodologia que a gente usa é construir junto. A gente conversa com o professor, com as pessoas mais interessadas para ver o que aquilo tem a ver com o que está sendo feito ali, com a realidade daqueles alunos. Eles conversam com os alunos para a gente poder

construir. O que vai fazer? Agora... Você vai ter tempo para fazer isso? Porque levar... Desestabilizou ela porque ela já vem com a coisa pronta e não tem o método. Não é nem que ela não queira, mas é porque quando eles pensam em chegar lá, já está pronto. Não começa desde o início para construir” (Márcia)



Além disso, as experiências relatadas apontam para o potencial da educação popular em saúde ao ser inserida na Educação de Jovens e Adultos em Manguinhos. Nesse contexto, observa-se uma relação direta entre identidade e coletividade, que transcende as salas de aula. As oficinas integradoras destacam-se como exemplo ao combinar prática e teoria em temas como movimentos sociais, meio ambiente, trabalho e identidade cultural local.

“(...) A gente tinha os professores que davam aula, entendeu? Que, tipo, sentiam carinho com os alunos. Eu nunca saí da aula sem refletir o que eu estudei na aula. Várias vezes depois eu sempre mandava uma mensagem pro professor, falando, olha, lembrei de você, porque eu vi esse tal...Não era uma coisa, assim, de robô, sentava ali, não. Era o carinho, era a assistência da escola” (Letícia)

A institucionalização da educação popular em saúde e dos movimentos sociais representa um desafio importante para garantir a continuidade e a ampliação dessas ações no território. A Fiocruz, em Manguinhos, surge como um exemplo relevante de apoio institucional, participando em parceria com movimentos sociais e outras instituições para fomentar iniciativas. Esse apoio é tão significativo que, embora algumas pessoas destacam a falta de apoio como um problema, outras apontam que uma intervenção institucional pode, em certos casos, comprometer a autonomia dos movimentos.³¹

A intersetorialidade também reforça as estratégias de educação popular em saúde no território. Por meio da articulação entre diferentes setores, como educação, saúde e assistência social, as ações coletivas podem fortalecer a autonomia dos sujeitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas Favelas.³² Ainda assim, a intersetorialidade é frequentemente vista como pontual nas entrevistas, evidenciando a necessidade de espaços de decisão compartilhados que priorizem os interesses da coletividade.

Outro aspecto crucial identificado foi o papel da informação e da comunicação como estratégias para promover a participação consciente da população. Em contextos como o de Manguinhos, práticas de “coronelismo” e “assistencialismo” ainda ameaçam a participação democrática. Nesse sentido, as redes de comunicação tornam-se ferramentas essenciais para

territórios articulados, denunciando claramente as violações de direitos e divulgando conquistas na qualidade de vida nas Favelas.



As redes sociais, por exemplo, são utilizadas por coletivos em Manguinhos para mobilizar o território, divulgar informações e engajar a comunidade. Já nos espaços de atenção primária à saúde, a distribuição de materiais informativos, produzidos com a participação de usuários(os) do SUS, amplia o acesso a conteúdo sobre prevenção de doenças, impactos da violência territorial na saúde, saúde antirracista, entre outros. Esses materiais fortalecem uma visão crítica e ampla do conceito de saúde, conectando temas relevantes ao cotidiano das(os) moradoras(es).

“(...) Mas aí eu comecei a perceber que tinha espaço, quando eu ia para a sala de espera e começava a conversar com as pessoas, olha, estou aqui porque me pediram para escrever um folheto sobre diabetes, eu quero conversar com vocês, o que que vocês sabem de diabetes, como é que você funciona, quem tem diabetes, quem não tem, o que que faz. E aí a gente começa a criar os textos muito usando a basezinha de um projeto de pesquisa, sabe? Vamos escrever uma apresentação, uma introdução e vamos justificar essa apresentação, vamos pegar logo os nossos objetivos específicos para descobrir que o objetivo principal é maior, depois a gente construir o principal. Ainda é pedagógico”
(Rogério)

Diante do exposto, conclui-se que as estratégias de educação popular em saúde dependem diretamente do comprometimento das(os) profissionais/estudantes e do alinhamento dessas ações com práticas emancipatórias. A formação de profissionais deve buscar estratégias que estimulem a criatividade e a participação ativa, com o apoio institucional fortalecendo a intersetorialidade e integrando saberes diversos. Só assim será possível construir uma comunicação eficaz entre o território, os movimentos sociais e as instituições, potencializando o impacto das ações realizadas.

Por fim, as entrevistas revelam uma visão de futuro para Manguinhos que vai além da sobrevivência. As(os) representantes acreditam que a transformação do território é possível e que a Educação Popular tem papel essencial nesse processo. Elas sonham com uma Favela onde as condições de vida sejam dignas, onde as crianças tenham acesso à cultura, esporte e educação de qualidade, e onde a violência não seja uma constante. Esse sonho de transformação é guiado pela esperança, mas também por uma

compreensão crítica da realidade, que exige organização, união e persistência. Ao refletir sobre suas experiências e desafios, os entrevistados deixam claro que o futuro de Manguinhos depende da capacidade de seus moradores e representantes de continuarem mobilizados, ampliando alianças e fortalecendo a luta pela justiça e dignidade no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância teórica desta pesquisa reside em contribuir para o debate sobre os riscos de burocratização e despolitização das metodologias da Educação Popular e sua institucionalização. Já a relevância prática está em indicar estratégias alinhadas à Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), que podem fortalecer o protagonismo das comunidades e promover maior participação popular. As estratégias identificadas incluem a mobilização em torno de uma agenda unificada de lutas, a construção de redes de comunicação entre Favelas e o uso de metodologias ativas que revitalizam o processo de ensino-aprendizagem e estimulam a participação comunitária.

Ainda assim, o estudo revelou limitações estruturais impostas por um cenário político e econômico adverso. Movimentos sociais e organizações locais frequentemente assumem responsabilidades que deveriam ser do Estado, comprometendo-se com a sustentabilidade das ações. Além disso, as perdas geradas pela violência territorial, como as operações policiais ocasionais, e pela agenda de costumes, marcada por preconceitos e intolerâncias, agravam a vulnerabilidade do território e das práticas emancipatórias.

As dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa, como insegurança no acesso ao território, falta de recursos para atividades e impactos psicológicos das dificuldades locais, evidenciaram os desafios enfrentados por pesquisadoras(es) e moradoras(es). Apesar disso, este estudo reafirma o poder das Favelas como espaços de resistência e produção de saberes, revelando que o protagonismo comunitário e a solidariedade são caminhos para romper o ciclo de abandono histórico.

O objetivo central deste estudo foi analisar a luta pela saúde e direitos sociais no Complexo de Manguinhos e explorar estratégias de Educação Popular em

Saúde que promovem conscientização e mobilização. Os resultados destacam que a transformação das condições de vida nas Favelas exige mais que ações práticas imediatas: é necessário construir um conhecimento crítico e coletivo que mobilize as comunidades na busca pela justiça social.

Concluimos que somente por meio de mobilização social e compromisso coletivo será possível transformar as condições de vida nas Favelas, resgatando direitos fundamentais e promovendo a justiça social. Ao lançar luz sobre as lutas e resistências de Manguinhos, esta pesquisa reforça que a Educação Popular não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas uma prática de esperança e transformação. Assim, entendemos que, mesmo em meio às adversidades, o sonho compartilhado de uma sociedade mais justa pode se concretizar na ação coletiva.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos a toda população do Complexo de Manguinhos, especialmente às 12 lideranças comunitárias, educadoras(es) populares e pessoas que nos acolheram em cada gesto, que cuidaram de mim a cada instante protegendo da violência e viabilizando esse trabalho de pesquisa sobre as memórias e atitudes da luta por direitos sociais de quem vive Manguinhos. Agradecemos também à CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

1. Mota Neto JC. Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda [tese]. Belém: Universidade Federal do Pará; 2015.
2. Figueiredo GO. Uma análise histórico-crítica do fenômeno das favelas no Rio de Janeiro/Brasil. *Jangwa Pana*. 2017;16(2):235-49.
3. Santos M. O retorno do território. *OSAL*. 2005;6(16):251-61.
4. Gontijo DT, Calheiros MNS, Santiago ME. Investigação temática freireana e produção do conhecimento na pesquisa acadêmica: reflexões teórico-metodológicas. *Educ Cult Contemp*. 2021;18:211-33.
5. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.
6. Freire P. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez; 2001.
7. Santos M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec; 1993.
8. Santos M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cad IPPUR*. 1999;13(2):15-26.

9. Santos M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record; 2000.
10. Pedrosa JIS. A educação popular e a formação dos trabalhadores de nível médio da saúde. *Trab Educ Saúde*. 2007;5(1):125-38.
11. Santorum JA, Cestari ME. A educação popular na práxis da formação para o SUS. *Trab Educ Saúde*. 2011;9(2):223-40.
12. Amaral MCS, Pontes AGV, Silva JV. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. *Interface (Botucatu)*. 2014;18(Supl 2):1547-58.
13. Vasconcelos EM, Cruz PJSC, Prado EV. A contribuição da Educação Popular para a formação profissional em saúde. *Interface (Botucatu)*. 2016;20(59):835-8.
14. Cruz PJSC, Silva MRF, Pulga VL. Educação Popular e Saúde nos processos formativos: desafios e perspectivas. *Interface (Botucatu)*. 2020;24:e200152.
15. Dantas MA, Silva MRF, Castro Júnior AR, Oliveira LC. Uma semente abrindo a terra para germinar: o processo formativo com educadores/as populares do EdPopSUS. *Saúde Debate*. 2020;44(125):322-34.
16. Botelho BO, Cruz PJSC, Bornstein VJ, David HMSL, Lima LO. Experiências de formação no contexto da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde. *Interface (Botucatu)*. 2021;25:e200195.
17. Nespolo GF, Duarte ÉRM, Rocha CMF, Ferla AA, Ferreira GE, Oliveira GC, Lima BSS. Pontos de Cultura: contribuições para a Educação Popular em Saúde na perspectiva de seus coordenadores. *Interface (Botucatu)*. 2014;18(Supl 2):1187-98.
18. Carreiro BO, Cruz PJSC. Reflexões sobre possibilidades e desafios da educação popular como referencial para o trabalho de residentes em Medicina de Família e Comunidade. *Rev Educ Pop*. 2019;18(2):209-28.
19. Costa LTC, Santos JWB. Serviço social, educação popular e saúde: elementos de debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. *Rev Educ Pop*. 2020;19(esp):67-82.
20. Bonetti OP, Odeh MM, Carneiro FF. Problematicando a institucionalização da educação popular em saúde no SUS. *Interface (Botucatu)*. 2014;18(Supl 2):1413-26.
21. Schönardie PA. A educação popular em tessitura com as políticas públicas: ponderando estranhamentos e possibilidades. *Rev Educ Pop*. 2018;17(1):28-44.
22. Pedrosa JIS. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re) conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. *Interface (Botucatu)*. 2020;25:e200190.
23. Streck DR. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. *Rev Bras Educ*. 2010;15(44):300-10.
24. Stotz EN. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trab Educ Saúde*. 2005;3(1):9-30.
25. Paludo C. Educação popular como resistência e emancipação humana. *Cad CEDES*. 2015;35(96):219-38.
26. Gerhardt MC, Frantz W. Educação popular e movimentos sociais: possibilidades de relações democráticas. *Rev Educ Pop*. 2019;18(1):92-104.

27. Fals Borda O. Una sociología sentipensante para América Latina. Buenos Aires: CLACSO/Siglo XXI Editores; 2015.
28. Figueiredo GO. Investigação ação participativa: uma alternativa para a epistemologia social na América Latina. Rev Investig (Caracas). 2015;39(85):255-73.
29. Meihy JCSB. Manual de história oral. São Paulo: Loyola; 1996.
30. Freire P. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes; 1980
31. Dantas CH, Figueiredo GO. Intersetorialidade e transdisciplinaridade na interação entre universidade e favela: experiências e desafios do projeto de extensão "Educação, Saúde e Cultura em Territórios da Periferia Urbana". In: Silva RAR, Venturi T, organizadores. Pesquisas, Vivências e Práticas de Educação em Saúde na Escola. Chapecó: Editora da Universidade Federal da Fronteira Sul; 2022. p. 166-84.
32. Wimmer GF, Figueiredo GO. Ação coletiva para qualidade de vida: autonomia, transdisciplinaridade e intersectorialidade. Cienc Saude Colet. 2006;11(1):145-54.